



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 6 DE 20 DE JULHO DE 2010

Nos termos do disposto no número um do artigo quadragésimo nono da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, republicada pela Lei número cinco, traço, A, barra, dois mil e dois, aos vinte dias do mês de Julho do ano de dois mil e dez, reuniu nesta cidade do Cartaxo, Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal do Cartaxo, sob a presidência da sua Presidente, Dr.^a Maria Manuel B. Vitorino de Sousa V. Simão, coadjuvada pelo 1º Secretário, Sr. Fernando Manuel Duarte dos Santos e pela 2ª Secretária, Dr.^a Ana Rita Rodrigo Monteiro Rodrigues, ambos do PS. Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

Vasco Manuel Henriques Cunha, PSD -----

Hélia Maria Duarte Monteiro Baptista, PSD -----

Bernardo José Martins Pereira, PS -----

Maria Emília da Graça Soares, CDU -----

Pedro Miguel Carvalho Monteiro, PS -----

Pedro Miguel Barata de Almeida, PSD -----

António Pedro Mendonça Vieira, BE -----

António José de Amendoeira Pego, PS -----

José Francisco Rodrigues Fernandes, PS -----

Maria Luísa de Freitas Pato Afonso Dias, PSD -----

Jorge Manuel Pisca Amorim Lúcio, PS -----

Hugo Filipe Gomes Albuquerque, PS -----

Maria Odete Lúcio Cosme, BE -----

Ana Paula Rodrigues Chaves, PS -----

Rodrigo António Ferreira A. Rodrigues, CDU -----

Vitor Manuel Rocha Ribeiro Jarego, PS -----

João Vasco Clemente Mota, PSD -----

Sebastião Ilídio de Jesus Barbosa, PS -----

José António Coelho Sobreira, PS -----

Manuel Alfredo Moreira Fabiano, PS -----

Joaquim Edgar Carreira de Oliveira, PS -----

Fernando de Jesus Ramos, PS -----

Maria da Conceição Rodrigues Nogueira, PS -----

Para além de todos os membros acima identificados, estiveram presentes da parte do Executivo Municipal o Senhor Presidente de Câmara, o Senhor Vice-Presidente de Câmara, o Senhor Vereador Fernando Martins, o Senhor Vereador Paulo Neves e o Senhor Vereador Prof. Mário Júlio. -----

Faltaram à reunião os seguintes Membros da Assembleia: o Sr. Paulo Mota (PSD) e o Sr. Gonçalo Gaspar (PSD), que justificaram as respectivas faltas .-----

A Sr.ª Dr.ª Joana Vergas (PS), que nos termos legais, pediu a sua substituição pela Dr.ª Ana Chaves (PS).-----

O Sr. Manuel Luís Salgueiro (PS), que nos termos legais, pediu a sua substituição pelo Sr. Vitor Jarego. --

O Sr. Rogério Santos (PS), que nos termos legais, pediu a sua substituição pelo Sr. Sebastião Barbosa (PS).-----

O Sr. Luis Nepomuceno (PS), que nos termos legais, pediu a sua substituição pela Sr.ª Maria da Conceição Nogueira (PS).-----

ABERTURA: Verificada a existência de quórum, a Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em substituição, declarou aberta a presente sessão extraordinária quando eram dezassete e horas e cinquenta minutos, convidando, com a aprovação dos membros, a Dr.ª Ana Rita Rodrigues a integrar a Mesa, como 2ª Secretária em virtude desta estar incompleta .-----

Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais:-----

Vasco Manuel Henriques Cunha, PSD-----

Hélia Maria Duarte Monteiro Baptista, PSD-----

Bernardo José Martins Pereira, PS-----

Maria Emília da Graça Soares, CDU-----

Pedro Miguel Carvalho Monteiro, PS-----

Pedro Miguel Barata de Almeida, PSD-----

António Pedro Mendonça Vieira, BE-----

António José de Amendoeira Pego, PS-----

Maria Emília da Graça Soares, CDU-----

José Francisco Rodrigues Fernandes, PS-----

Maria Luísa de Freitas Pato Afonso Dias, PSD-----

Jorge Manuel Pisca Amorim Lúcio, PS-----

Hugo Filipe Gomes Albuquerque, PS-----

Maria Odete Lúcio Cosme, BE-----

Ana Paula Rodrigues Chaves, PS-----

Rodrigo António Ferreira A. Rodrigues, CDU-----

Vitor Manuel Rocha Ribeiro Jarego, PS-----

João Vasco Clemente Mota, PSD-----

Sebastião Ilídio de Jesus Barbosa, PS-----

José António Coelho Sobreira, PS-----

Manuel Alfredo Moreira Fabiano, PS-----

Joaquim Edgar Carreira de Oliveira, PS-----

Fernando de Jesus Ramos, PS-----

Maria da Conceição Rodrigues Nogueira, PS-----

Para além de todos os membros acima identificados, estiveram presentes da parte do Executivo Municipal o Senhor Presidente de Câmara, o Senhor Vice-Presidente de Câmara, o Senhor Vereador Fernando Martins, o Senhor Vereador Paulo Neves e o Senhor Vereador Prof. Mário Júlio.-----

Faltaram à reunião os seguintes Membros da Assembleia: o Sr. Paulo Mota (PSD) e o Sr. Gonçalo

Gaspar (PSD), que justificaram as respectivas faltas .-----

A Sr.ª Dr.ª Joana Vergas (PS), que nos termos legais, pediu a sua substituição pela Dr.ª Ana Chaves (PS).-----

O Sr. Manuel Luís Salgueiro (PS), que nos termos legais, pediu a sua substituição pelo Sr. Vítor Jarego. -----

O Sr. Rogério Santos (PS), que nos termos legais, pediu a sua substituição pelo Sr. Sebastião Barbosa (PS). -----

O Sr. Luis Nepomuceno (PS), que nos termos legais, pediu a sua substituição pela Sr.ª Maria da Conceição Nogueira (PS). -----

ABERTURA: Verificada a existência de quórum, a Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em substituição, declarou aberta a presente sessão extraordinária quando eram dezassete e horas e cinquenta minutos, convidando, com a aprovação dos membros, a Dr.ª Ana Rita Rodrigues a integrar a Mesa, como 2ª Secretária em virtude desta estar incompleta.-----

ORDEM DO DIA

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: --

--“ Boa tarde a todos os presentes. Vamos dar início à sessão extraordinária que me foi solicitada e à Mesa, por um grupo de deputados da Assembleia Municipal como o seguinte ponto único: Execução do Plano de Saneamento Financeiro da Câmara Municipal. -----

--Como é uma sessão extraordinária não existe período antes da ordem do dia e intervenção do público pois, não chegou nenhum pedido à Mesa. -----

PONTO 1 - Execução do Plano de Saneamento Financeiro da Câmara Municipal. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: --

--“ Portanto vamos passar à discussão do ponto nº 1. Questiono se existem intervenções?” -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

--“Muito obrigado Sr.ª Presidente queria cumprimentar a mesa, o Executivo Municipal, cumprimentar também os colegas deputados municipais, o público e a comunicação social, -----

-- Sra. Presidente antes de mais nada e, no início desta intervenção queria fazer aqui três notas particulares: a primeira agradecer aos grupos parlamentares da CDU e do BE que, conjuntamente conosco, subscreveram este requerimento para a realização desta Assembleia Municipal Extraordinária, que creio ser a primeira vez que se realiza por iniciativa do conjunto de deputados que não sejam do Partido Socialista. Em segundo lugar, queria agradecer à Sra. Presidente da Assembleia Municipal, logo teve notícia desta nossa intenção e que recebeu o requerimento, lhe deu o adequado caminho precedendo à convocatória desta Assembleia Municipal e, em terceiro lugar agradecer, também ao Executivo Municipal, o facto de ter percebido em toda a dimensão o que estava em causa com a convocatória desta Assembleia Municipal Extraordinária. -----

--Posto isto a queria dizer o seguinte: o saneamento financeiro que esta Autarquia adoptou em Julho de 2008, que foi aprovado aqui numa Assembleia Municipal do dia 22-07-2008, resultou de um conjunto de circunstâncias que acabaram por concluir todas elas com problema financeiro em que a Autarquia se encontrava e, hoje se encontra. Admito que à luz daquilo que o Partido Socialista, tem dito ao longo dos últimos anos, há uma leitura que é aquela que é feita pelo Partido Socialista e uma outra que é aquela que nós no PSD. -----

-- Ao longo destes anos todos temos mantido e, aqui temos apresentado nesta Assembleia Municipal que em 2008 quando se aprovou o saneamento financeiro este visava duas

circunstâncias fundamentais: a primeira era aquela que tinha a ver com a reprogramação da dívida da Autarquia, e em segundo lugar a possibilidade de consolidar os seus passivos financeiros. Portanto, foi com isto que aqui na Assembleia Municipal, o grupo parlamentar do Partido Socialista votou favoravelmente à adopção deste saneamento financeiro, desde então até à data de hoje há várias circunstâncias que vale a pena aqui referir: em primeiro lugar como referimos então no mandato que se iniciou em 2005, foi anunciado que era o mandato da consolidação financeira em 2007, não havendo qualquer tipo de consolidação financeira que tivesse algum tipo de visibilidade. O Executivo Municipal avançou para esta ideia do saneamento financeiro, este é uma de duas possibilidades que a lei permite e é feito quando a Autarquia chega à conclusão que tem um problema, que não é um problema estrutural, que é apenas um problema conjuntural e achou que esse era um problema que deveria combater adoptando pela questão da solução do saneamento financeiro. -----

-- Nós continuamos a manter aquilo que dizíamos na altura, ou seja, o endividamento da Câmara não é um problema conjuntural é um problema estrutural, seguidamente, apresentarei e explicarei qual é o nosso ponto de vista relativamente a isto. O plano de saneamento financeiro que deveria ser apresentado semestralmente pela Autarquia não tem sido feito, não tem sido feito nem ao Executivo Municipal, nem a esta Assembleia Municipal e, portanto assim sendo é difícil particularmente, a nós deputados eleitos saber qual é o destino que está a ter, a proposta de saneamento financeiro que foi aqui discutida na Assembleia Municipal e que foi aqui aprovada. Em segundo lugar, aquilo que nós achamos é que o recurso aos treze milhões de euros que na altura foi autorizado, não resolveu o problema bem pelo contrário, porque hoje as contas, particularmente da dívida de fornecedores no curto prazo, está novamente em valores superiores a estes treze milhões de euros que foram autorizados excepcionalmente pelo Tribunal de Contas. Olhando para o planeamento e para aquilo que nos foi proposto na altura em 2008 e, aquilo que tem vindo a ser feito, aquilo que nós verificamos é que relativamente ao plano de maximização de receita a execução que tem estado a ser feita, e aquela que conhecemos, fica aquém daquilo que seriam as expectativas; desde logo porque uma parte substancial do impacto dessas medidas resultavam da cobrança de impostos municipais ou de taxas e, portanto por aqui até pela situação económica que as empresas estão a passar e, até pela situação financeira em que muitos dos cidadãos hoje se encontram, não é aqui que as expectativas estão a ser cumpridas. -----

--Um ponto relativamente à contenção da despesa corrente, aqui havia várias medidas, desde logo na melhoria dos procedimentos para a gestão dos recursos humanos que era proposto, a redução do número de colaboradores, sendo que era adoptado uma regra de por saída. Por cada saída de três funcionários da Autarquia entraria um funcionário. Era, também, proposta a redução de horas extraordinárias e das ajudas de custo em cerca de 10% ao ano e aquilo nós temos vindo a confirmar, de mês a mês, é que a reestruturação orgânica que a Câmara aprovou sensivelmente na altura que adoptou este saneamento financeiro, revelou-se pior do que aquela situação que tínhamos anteriormente. O aumento dos efectivos, quando o que era proposto era a saída de cada três para a entrada de um, aquilo que hoje se constata é que em 2007 o efectivo era de 395 colaboradores que passou para 488 colaboradores em 2009. Mesmo aqui ainda pode ser aduzido o argumento de que neste momento a Autarquia tem contar, também, com os colaboradores que resultaram da transferência das competências da educação mas, mesmo aí fazendo as contas com os números que nos são facultados pela Câmara Municipal do Cartaxo chegamos à conclusão que esse crescimento tem um crescimento líquido positivo e, portanto não há redução de colaboradores. Há sim mais colaboradores. -----

--Em relação ao aumento de horas extraordinárias, verificou-se um aumento entre aquilo que existia em 2007 a Autarquia pagava cerca de trezentos oitenta e três mil euros em horas extraordinárias e passou a pagar, em 2009, quatrocentos e seis mil euros de horas extraordinárias. Naquilo que dizia respeito ao fornecimento de serviço externo, a Autarquia aquilo que se proponha era fazer a melhoria do funcionamento de gestão. Não é conhecido, ninguém conhece qual é conjunto destas medidas que foram introduzidas nesta gestão. Era proposta a criação de uma central de compras municipal, era proposto, também, a redução de custos com a energia, com combustíveis, com comunicação. Relativamente à gestão da frota dos veículos e à renegociação de contratos, aquilo que se verifica é o mau desempenho naquilo que diz respeito a todas estas propostas que foram aqui discutidas, e que foram levadas ao Tribunal de Contas.-----

-- Se formos ver aquilo que são as dívidas por pagar e as dívidas que existiam no curto prazo em 2007, no curto prazo em 2007 a dívida tinha um montante cerca de dezasseis milhões de euros foi reduzida para seis milhões e quatro centos mil euros em 2008, muito por via destes treze milhões que foram autorizados pelo Tribunal de Contas mas, voltou no final de 2009 a aumentar para catorze milhões e trezentos e vinte e dois mil euros. Ora se a Autarquia tinha beneficiado deste empréstimo excepcional dos treze milhões de euros, era possível que neste quadro pudéssemos ter percebido a redução deste montante. Em suma, as dívidas de curto prazo, após a utilização do empréstimo para saneamento financeiro, foram de doze milhões em 2007 para catorze milhões em 2009. As dívidas totais, aquelas que incorporam também médio e longo prazo, passaram para quase 28 milhões de euros para 38 milhões de euros. Se formos ao plano médio de pagamentos e com a informação da DGAL, Direcção Geral da Autarquias Locais em 2009, a Câmara pagava aos seus fornecedores num prazo médio de 401 dias, em 2007 pagava em 84 dias. Portanto chegamos à questão do endividamento, se o limite de endividamento está esgotado por via destes treze milhões que foram autorizados excepcionalmente, o limite de endividamento líquido não foi ainda excedido dispondo o Município de uma margem cerca de 10 milhões.-----

-- Por tudo isto a conclusão a que nós chegamos é que por parte do Executivo não vemos o cumprimento do programa de saneamento financeiro e há um conjunto de regras que para nós deveriam de ser cumpridas no limite porque é esta Assembleia Municipal que tem de fiscalizar o cumprimento daquilo que o Executivo Municipal se propôs conduzir. Bom mas se isto não for suficiente, haveria pelo menos um exercício que valia a pena fazer que é um exercício em abstracto e é um exercício académico que valia a pena propor à Assembleia Municipal: admitindo que entre 1986 e o ano de 2006, portanto estamos a falar de um período de 20 anos em que a Câmara Municipal beneficiou de vários quadros comunitários de apoio e, que desse quadro comunitário de apoio a Câmara aproveitou cerca de vinte milhões e setecentos mil euros para investimento concreto no Concelho, que destes 23 milhões de euros beneficiou de ajudas comunitárias no valor de 13 milhões, ficava uma parte de 10 milhões de euros que cabiam à Autarquia pagar do investimento. Ora se hoje em dia a Câmara Municipal tem um endividamento cerca de quase 42 milhões de euros, se nós reduzíssemos a estes 10 milhões de euros, que foi necessário avançar para projectos comunitários, falta explicar onde é que estão 30 milhões de euros de dívida que a Câmara neste momento tem.-----

--Portanto Sra. Presidente por aqui me ficava com uma nota final aquela que diz respeito a um documento anexo que consta do conjunto de documentos que foram distribuídos, e que é a fotocópia da página 1 e da página 11 da declaração de voto que aqui fizemos em Abril deste ano, onde pedimos três coisas: pedimos que votássemos as contas que a Câmara Municipal que aqui trouxe relativamente ao ano de 2009, o que foi concretizado que constava da ordem de

trabalhos; pedimos em segundo lugar, que fizéssemos, também, a votação da aplicação do resultado do exercício do ano de 2009, o que a Sra. Presidente se deve recordar que deu razão à bancada do Partido Socialista que achava que essa votação não devia de ser feita, e depois teve à última da hora de criar um ponto excepcional na ordem de trabalhos para admitir que tinha de fazer essa votação. Em terceiro lugar, aquilo que constava dessa folha 11 da nossa declaração de voto, onde se dizia que era expressamente necessário que o plano de saneamento financeiro viesse anexo ao balanço das contas de 2009 e que não veio, posto isto e como no final do semestre em 31 de Junho não vimos qualquer Assembleia Municipal que tivesse na sua ordem de trabalhos, também, este ponto que, é obrigatório pela legislação em vigor, resolvemos tomar a iniciativa de convocar esta Assembleia Municipal Extraordinária para, também, aqui podermos alertar não só os Autarcas que estão no Executivo Municipal mas, particularmente aqueles que estão na bancada do Partido Socialista de que há coisas que a legislação nos impõem e há coisas que a responsabilidade civil nos exige, muito obrigado.” (Documentos entregues – **(Anexos: 1, 2 e 3)** -----

A Presidente da Assembleia no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

--“Dra. Odete Cosme por favor.” -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dr.ª Odete Cosme, do BE, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

--“Boa tarde a todos. Uma breve nota introdutória antes do meu colega falar, eu tinha solicitado via e-mail, à Sra. Presidente, que desenvolve-se esforços junto do Executivo para que fosse reposta, mais uma vez, a legalidade de documentos que não estão no site da Câmara e por obrigação de lei deveriam de estar, e que ajudariam à análise que teremos que fazer deste relatório de saneamento financeiro que são: a demonstração, as demonstrações e o relatório de gestão de 2008, que não estão no site. Depois queria, também, chamar a atenção o que nos foi distribuído hoje pelo Sr. Dr. Luis Benavente um documento que tem a ver com uma deliberação que foi ontem à reunião de Câmara. Tenho que alertar, mais uma vez, que a minuta dessa reunião de Câmara, que devia estar no site, também, para nós podermos consultar não lá qualquer designação nem está para nós podermos consultar, era só isto que eu queria dizer. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: --

--“Dr. Pedro Mendonça quer intervir? Faça favor.” -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

--“ Boa tarde a todos. Considerando que pela lei das finanças locais os órgãos executivos ficam obrigados a elaborar relatórios semestrais sobre a execução dos planos de saneamento financeiro e remete-los para apreciação aos órgãos deliberativos, e tendo sido necessário a união de todos os partidos da oposição para obrigar, que tal está a acontecer, considerando ainda que o plano de saneamento 2008 previsse a contenção da despesa corrente e de pessoa, com a redução de horas extraordinárias e o melhor aproveitamento dos recursos humanos, quando na realidade a despesa com pessoal aumentou sendo superior a metade das despesas pagas 51,47% que em 2007 eram 395 os funcionários da Câmara, em 2008- 422, subindo em 2009 para 488 funcionários. -----
-- As horas extraordinárias pagas aumentaram o absentismo, aumentou de 2008 para 2009 cerca de 2 mil dias situando-se no total de 11mil setecentos e cinquenta um dias, no total de funcionários e no que diz respeito à despesa corrente basta um facto para demonstrar um profundo fracasso deste plano. Primeiro, A dívida a terceiros aumentou cerca de sete milhões de euros durante este período. Segundo, previa a maximização da receita mas esta baixou de 28 milhões de euros em 2008 para 13,4 milhões de euros em 2009. Terceiro, previam uma nova poupança através de

requisições, via central de compras do Estado, e previa prazos de pagamento a fornecedores não superiores a 60 dias. Na realidade não houve compras através da central de compras do Estado, pelo menos explícita nas publicações obrigatórias e segundo o DGAL o Executivo do Cartaxo aumentou na linha dos pagamentos a fornecedores, estando longe dos 60 dias prometidos estando em 401 dias em 2009. Quatro, previam uma redução dos juros a pagar pela Autarquia em 2008 e 2009 em duzentos e cinquenta mil euros e uma contenção de atribuição de subsídios a colectividades através de critérios mais objectivos. No entanto, e como todos temos consciência dos juros em lugar de reduzir subiram devido à contratação de inúmeros ARDS a 3,5 e 8 anos e continua a não existir nem rigor, nem contenção na atribuição de subsídios a colectividades e sempre estes pagos em ARDS contribuindo, também, eles para o acréscimo dos juros. Por fim, cinco, prometia a não alienação de património quando na realidade está a tentar vender o campo da feira através de processos obscuros que se recusam a explicitar ou a demonstrar por documentação que por lei deverá ser facultada a esta Assembleia. Só por estas cinco razões que, sucintamente, apresentámos se pode ver, sem margens para dúvidas, que o Bloco de Esquerda considera que o Executivo está a falhar redondamente no acordado e no prometido além de ter faltado ao cumprimento legal da apresentação aos órgãos executivo e deliberativo, e mais grave ainda aos membros do Governo responsáveis dos relatórios semestrais e acompanhamento saneamento financeiro. Legalmente este relatório deveria ter sido apresentado na Assembleia de Abril de 2010 sem necessidade desta extraordinária, em Abril já deveríamos ter apreciado o terceiro relatório mas, na verdade é que já ocorreram duas prestações de contas 2008 e 2009 sem acompanhamento imposto por lei destes documentos, alínea C do número 4 e número 7, do artigo 40, da lei 2 de 2007. Mais, o incumprimento em que o Executivo já se encontra relativamente a este plano não permitiria sequer a contracção do empréstimo a curto prazo que fizeram 760 mil euros. –

-- O BE alerta publicamente mais uma vez que o 'rei vai nu' e reitera o que sempre disse e fez que, além do combate político sem tréguas que faz ocorrer sem respeito pela lei instalado no Cartaxo comunicará e denunciará as vezes que forem precisas, e como é sua obrigação todos os incumprimentos que detectar às autoridades competentes e legislativas para nós a lei existe e é para cumprir, para mais tratando do que é mais comum a todos. O BE continua, no entanto, e como sempre a estar disponível para colaborar com todas as forças políticas para salvar o Concelho do Cartaxo permitindo-lhe um futuro melhor, basta que o grupo de independentes suportado e apoiado pelo PS Cartaxo cumpra a lei e apresente um projecto socialista e desenvolvimento para o Cartaxo.

-- Infelizmente como se pode constatar pela atitude do Sr. Presidente, infelizmente nada nos leva a crer que este grupo de independentes no poder Executivo conhecido pelos seus largos populistas demagogos e manifesta incompetência, venham mudar o seu comportamento e infelizmente nada nos leva a crer, também, que o PS Cartaxo e o seu Presidente Pedro Ribeiro tenha vontade de deixar de cúmplice deste grupo desorientado acusado sob suspeita e ineficaz para a nossa comunidade.--

--Pela nossa parte, e como sempre, cá estamos dispostos a trabalhar para um projecto que sirva melhor o Cartaxo cá estamos onde sempre estivemos no campo da esquerda socialista e prontos para trabalhar em conjunto com os que querem bem à nossa terra. Por isso e pelos cinco incumprimentos que já apontamos neste relatório que um rotundo falhanço propomos e desafiamos o Dr. Paulo Caldas a ser conseqüente com os seus últimos actos e a demitir-se do cargo para a qual foi eleito pela sigla do PS e o Dr. Pedro Ribeiro e PS Cartaxo a deixarem-se de conversas politiqueras e dizerem de uma vez por todas se são ou não cúmplices da acção dos independentes populistas que estão na Câmara do Cartaxo, muito obrigado. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: --

--"Não havendo mais pedidos de intervenção vou passar a palavra ao Sr. Presidente. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Paulo Caldas, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

--Muito obrigado Sra. Presidente. Eu pedia só à Sra. Presidente que me esclarecesse um aspecto que me parece importante: quanto tempo é que eu tenho para poder responder aos senhores deputados? Cumprimentar toda a Assembleia naturalmente. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: --

-- "O que está na lei e no regimento da Assembleia são 5 minutos." -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Paulo Caldas, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

--" Os mesmos 5 minutos de cada um dos elementos? -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: --

-- "Não. Eu não cortei a palavra a nenhum dos intervenientes anteriores. O Dr. Pedro Mendonça usou os 5 minutos, o Dr. Vasco Cunha ultrapassou um bocadinho maso que foi combinado com todos os grupos municipais foi não cortar a palavra, portanto Sr. Presidente faça favor. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Paulo Caldas, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

-- "Eu só queria esse esclarecimento porque eu vou cumprir escrupulosamente os 5 minutos. Ora bem quero apenas referir o seguinte, agradecer todas as recomendações positivas que foram feitas quer pela bancada do PSD quer pela bancada do BE. Naturalmente que o cumprimento da lei, também, é uma tarefa que se nos impõe a nós e aquilo que é necessário quando temos que remeter documentos como é o caso, eu chamo a atenção que este documento, o objectivo dele aqui hoje é para apreciação para ser depois remetido para as entidades competentes somente isto. Um documento para apreciação para ser remetido para as entidades competentes e por isso nós ,também,estamos ao vosso lado no sentido do cumprimento dessa, mesma lei e de melhorar a esse nível, ou, seja de assumir uma postura positiva . -----

--Agora deixem-me elencar três motivos daquilo que eu penso e daquilo que eu ouvi. A oposição do concelho do Cartaxo faliu, já faliu a alguns tempos e continua a dar provas dessa sua falência e pergunta-se a ela própria, ao invés de andarmos aqui com hipocrisias políticas, nomeadamente, a bancada do BE a dizer que querem cumprir a lei, querem cooperar, queremos trabalhar em conjunto mas, depois passam o tempo a fazer acusações como a que hoje fez a chamar contra valores e princípios, a chamar o Presidente da Câmara de populista, de incompetente e demais alguma coisa. Isso é hipocrisia política. É disso que se faz a política, é disso que as pessoas, cada vez mais se afastam, pelo menos a política partidária que é praticada neste Concelho e muitas vezes no país mas, a grande verdade é essa, ou, seja não podemos ter duas caras ou trabalhamos em conjunto e cooperamos ou então andamos aqui em acusações, denúncias e difamações e então fazemo-lo às claras de uma forma objectiva e trabalhamos assim. -----

--Isto para dizer o quê que de facto, neste momento, aquilo que eu vejo à minha frente nesta Assembleia é uma oposição que se pergunta que futuro é que tem no concelho a dois níveis, em relação às entidades competentes, com os quais estão permanentemente a conviver hipocritamente como eu disse há pouco mas, também, em relação ao povo Cartaxo. É porque aquilo que falaram numa parte do tempo já passou, a maioria absoluta que o povo Cartaxo deu nas últimas eleições, novamente, aos executivos liderados pelo Paulo Caldas e às suas equipas das diferentes Freguesias, demonstram que efectivamente que essa avaliação já foi feita, avaliação de tudo isto, da parte financeira e de tudo isso. Mas eu percebo e eu vou começando a sintetizar para cumprir

como eu disse o tempo. Eu percebo o que é vos preocupa, é que a grande verdade, é que o visto do Tribunal de Contas foi feito a 31 de Outubro de 2008 sobre um documento que teve um relatório semestral que foi aqui como já foi dito pelo PSD, em Julho de 2009, foi apreciado e teve um plano financeiro 2008/2020 que um plano financeiro extremamente exigente que, infelizmente, se incompatibilizou, também, com as condições económico ou financeiras que nós temos hoje no nosso país e que o concelho do Cartaxo não é alheio à quebra de receitas e por aí em diante. Mas a grande verdade é que este plano económico –financeiro não tem uma única receita extraordinária, este plano económico-financeiro não tem um único incentivo comunitário, este plano económico – financeiro não tem uma única verba negociada com a administração central. É aqui que eu digo que a oposição, neste momento, está com muito medo, porque olhamos para a rua e o cartaxeiro, também, tem olhos e vai vendo a obra que já começa a ser feita, o início de um novo ciclo de investimentos. Esta obra existe na cidade e existe, também, nas freguesias, mais esta obra é suportada por financiamentos comunitários a 80% a fundo perdido, é suportada por negociação com a administração central a 90% a fundo perdido, e a 100% a fundo perdido como é o caso da esquadra da PSP e como é o caso da nova EB2,3 que vai entrar em obra dentro de menos de 2 meses seguramente. Esta realidade é que a oposição que está aqui à nossa frente, o PSD, o BE, e a CDU faliram e continuam sem saber o que fazer para além da crítica negativa, para além da crítica destrutiva, porque até agora ainda não apresentaram uma única realidade positiva, para além, ressalvo do cumprimento da lei.-----

-- Agora, de resto, política a servir os munícipes para o seu bem estar, propostas concretas, projectos concretos e esta matéria do novo ciclo de investimentos deste mandato, que se segue ao ciclo da tal chamada consolidação financeira, ou, preparação deste novo ciclo de investimentos do mandato anterior é que efectivamente leva a oposição a começar novamente a ter receio, porque sabe que daqui a 3 anos será sujeito a uma votação popular .Reparem numa coisa, o povo hoje já não acredita em mentiras, o Dr. Vasco Cunha já nos deu provas ao longo destes anos todos, aliás devem ter sido comigo um parceiro de lutas, a saber fazer contas, mas o povo já não acredita que de 1986 a 2006 foram apenas investidos 23 milhões de euros Dr. Vasco Cunha, foi muito mais não isto que está aqui é apenas aquilo que foi sujeito a financiamento comunitário. -----

--Não podemos globalizar, temos que saber do que falamos isto é o que tem efeitos comunitários, não, não disse investimento porque entretanto depois disse qual era a parte que dizia respeito à Câmara isso engloba tudo, não disse investimento comunitário. -----

--Sintetizando, para terminar, só para dizer o seguinte, porque só 17,5 milhões de euros foram conquistados no último quadro comunitário de apoio de 2000 a 2006 e depois é assim há ARDS nas colectividades? BE? Sim, ok, muito bem então demonstrem-me por escrito isso, transmitam, transmitam por escrito os ARDS nas colectividades que eu depois vos direi se é verdade ou mentira. Isto para vos transmitir o seguinte, que é assim no que diz respeito ao cumprimento da lei, no que diz respeito a recomendações e às valorizações pela positiva do vosso trabalho conjunto connosco, enquanto Executivo, estamos sempre na linha da frente convosco, a trabalhar nesse sentido. No que diz respeito a todo um conjunto de barbaridades, a todo um conjunto de desnorreamento uma vez que junto das entidades competentes não conseguem, junto do povo cartaxeiro, também, não conseguem e depois quando olham para a realidade presente começam a ver as obras a avançarem. -----

--Eu perguntaria, assim tal como vocês se perguntam, que futuro é que nós temos no concelho do Cartaxo, talvez por isso Dr. Pedro Mendonça é que querem que eu me vá embora tão depressa mas, há um aspecto muito importante, eu sempre disse que nesta casa de que o povo que me

elegeu merece da minha parte um compromisso pessoal e político, e que razões de saúde ou factores extraordinários me levariam a mim ou aos elementos da minha equipa naturalmente aqueles que estão comigo, também, nas freguesias a não honrar este compromisso. Eu compreendo que quer que eu vá já embora mas tenhacalma ainda há muita obra por concretizar e para ser paga, tenha calma se está preocupado com o PS Cartaxo dialogue com o PS Cartaxo, mas tenha calma preocupe-se, também, em ter uma plena actividade politica positivas, éisso que os cartaxeiros querem. Os cartaxeiros não querem só critica destrutiva já estão fartos dessas politiquices, preocupe-se, dentro da positiva, em ajudar-nos a pagar esta obra que estamos a fazer e aí os cartaxeiros valorizarão, um dia quem sabe, a vossa acção politica. Obrigada Senhora Presidente.-----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Mota, da CDU, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

--“Boa tarde à Mesa, boa tarde aos senhores membros da Assembleia. Boa tarde ao público e boa tarde à comunicação social presente. Fiquei um bocado perplexo com a intervenção do Senhor Presidente “. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

--“ Alguém se opõe que a Acta seja aprovada em minuta? Ninguém se opõe. Muito obrigado, dou por encerrada esta sessão. Boa noite.” -----

ENCERRAMENTO – Não havendo outros assuntos a tratar, a Senhora Presidente deu por encerrada a sessão, às dezanove horas e trinta e um minutos, agradecendo a presença do público, da comunicação social, do Executivo e de todos os membros da Assembleia. -----

Para constar se lavrou a presente Acta, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal e por mim que a redigi e subscrevi Ana Rita Rodrigues. -----

A Presidente da Assembleia Municipal

A 2ª Secretária,
